



2º Simulado Especial

TRF 6

Cargo 1: Analista Judiciário - Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TRF-6 (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TRF-6**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/XAgeSV7uucoEjMaQ6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/pntL>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

Perguntaram-me uma vez se eu saberia calcular o Brasil daqui a vinte e cinco anos. Nem daqui a vinte e cinco minutos, quanto mais vinte e cinco anos. Mas a impressão-desejo é a de que num futuro não muito remoto talvez compreendamos que os movimentos caóticos atuais já eram os primeiros passos afinando-se e orquestrando-se para uma situação econômica mais digna de um homem, de uma mulher, de uma criança. E isso porque o povo já tem dado mostras de ter maior maturidade política do que a grande maioria dos políticos, e é quem um dia terminará liderando os líderes. Daqui a vinte e cinco anos o povo terá falado muito mais.

Mas se não sei prever, posso pelo menos desejar. Posso intensamente desejar que o problema mais urgente se resolva: o da fome. Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar: milhares de homens, mulheres e crianças são verdadeiros moribundos ambulantes que tecnicamente deviam estar internados em hospitais para subnutridos. Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública. Só que é pior: a fome é a nossa endemia, já está fazendo parte orgânica do corpo e da alma. E, na maioria das vezes, quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro, não se nota que na verdade se estão descrevendo os sintomas físicos, morais e mentais da fome. Os líderes que tiverem como meta a solução econômica do problema da comida serão tão abençoados por nós como, em comparação, o mundo abençoará os que descobrirem a cura do câncer.

LISPECTOR, C. A descoberta do mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 33.

Acerca de aspectos linguísticos e dos sentidos do texto, julgue os itens que se seguem.

01. O maior desejo da autora é a eliminação da fome no Brasil
02. Infere-se da leitura do texto que, daqui a vinte e cinco anos, os líderes podem ser liderados pelo povo.
03. No trecho “quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro” (2º parágrafo) o pronome “se” indica que o sujeito dessa forma verbal é indeterminado.
04. A correção gramatical e o sentido do texto “Daqui a vinte e cinco anos” seriam mantidas se a expressão “e isso porque”, no trecho “**E isso porque** o povo já tem dado mostras de ter maior maturidade política” (1º parágrafo) fosse substituído por **de modo que**.
05. No trecho “Daqui a vinte e cinco anos o povo terá falado muito mais.” (1º parágrafo), com o emprego da locução verbal “terá falado” exprime-se a anterioridade de uma ação em relação a outra no passado.
06. Uma forma correta de reescrita do trecho “Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar” (2º parágrafo) é a seguinte: **Entretanto, muitíssimo mais depressa do que em vinte e cinco anos, afinal, não há mais tempo de esperar.**
07. A autora emprega recursos do tipo textual dissertativo-argumentativo para explicar o problema da fome no Brasil
08. O vocábulo “que”, no trecho “Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública.” (2º parágrafo), inicia uma oração com ideia de consequência.

Acerca de aspectos linguísticos, julgue os itens que se seguem.

09. Está correta a concordância em “A maior parte dos candidatos foi aprovada”.

10. Em “**Para** os pais, ele continuava sendo uma criança”, o conectivo destacado traz ideia de finalidade.

11. Os sentidos e a correção gramatical do trecho seriam preservados caso o trecho “estar ligado a sintomas” fosse reescrito da seguinte forma: **estar relacionado à sintomas**.

12. No trecho “A verdade do que se anunciara”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.

13. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, a segunda vírgula tem a finalidade de marcar o sentido restritivo da oração iniciada pelo vocábulo “que”.

14. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, poderia ser reescrita, sem alteração de sentido, da seguinte forma: **Todos querem que as oportunidades sejam principalmente mais iguais**.

15. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, o vocábulo “que” introduz uma oração com valor substantivo.

16. Em “nomes de atores e equipes premiados”, a substituição de “premiados” por **premiadas** não resultaria em erro gramatical, mas alteraria o sentido, uma vez que a concordância passaria a ser estabelecida somente com o termo “equipes”.

17. Em “Esse diz respeito a um dos planos de recuperação fiscal implementados na última década”, a substituição do trecho “diz respeito a” por **trata-se de** manteria a correção gramatical.

18. O emprego das vírgulas que isolam o vocábulo ‘portanto’ em “Ele será, portanto, entregue às autoridades” justifica-se pela posição dessa palavra na oração em que se insere.

19. Em “A violência a que a população está submetida afasta o turismo”, o emprego da preposição “a” justifica-se pela regência do termo “submetida”.

20. No trecho “A vida, esse emaranhado de curvas e retas, proporciona ótimas histórias”, as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, mantendo a correção gramatical.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

21. O servidor público pode omitir ou alterar informações caso isso seja necessário para proteger os interesses da Administração Pública ou evitar conflitos com a sociedade.

22. A cortesia, o cuidado e o zelo no serviço público são dispensáveis, uma vez que a eficiência do servidor não depende de boas práticas de atendimento e sim exclusivamente do cumprimento legal de suas funções.

23. A solidariedade não pode se sobrepor à ética e à responsabilidade de zelar pela legalidade e moralidade no serviço público.

24. A lei é um conjunto de normas impostas pelo Estado, enquanto a ética é uma construção de valores morais e sociais que orientam a conduta humana.

25. Entender as diferenças existentes entre os dilemas éticos e práticas violentas, que infelizmente permeiam as organizações, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento do pluralismo e da diversidade que se deseja, bem como dos esforços que devem ser despendidos para minimizar práticas nocivas às pessoas e às organizações.

Assim, a atitude de um superior, que adota como rotina não repassar o trabalho a uma funcionária, gerando sentimento de inutilidade, como também, com a mesma frequência, ignora sua presença ou a despreza, seja através de brincadeiras de mau gosto, deboche ou uso de palavras irônicas, caracteriza atitude antiética e assédio moral.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

Tendo por base a Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens 26 a 28 a seguir.

26. O ato de improbidade administrativa exige a comprovação da responsabilidade subjetiva dolosa.

27. A improbidade administrativa em atos que violam os princípios da administração pública somente será configurada quando for comprovado que o agente público, em sua conduta, teve a intenção de obter proveito ou benefício indevido para si, para terceiros ou para alguma entidade.

28. A prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração

pública pode resultar na proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios fiscais pelo prazo de até 12 anos.

29. No processo administrativo federal, veda-se a cobrança de encargos financeiros aos interessados, independentemente de eventual autorização legal que disponha em sentido contrário.

30. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias, salvo disposição legal diversa, sendo vedado efeito suspensivo aos recursos interpostos.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO

Eduardo Mocellin

Com relação a raciocínio analítico e argumentação, julgue os itens **31 a 38** a seguir:

31. A frase “Não posso beber álcool porque sou evangélico” constitui um argumento que tem uma premissa não formulada.

32. O raciocínio “Todo animal é um ser vivo. Logo, todo ser vivo é um animal” é válido.

33. O texto que se segue ilustra um raciocínio dedutivo.

“Na segunda-feira, ocorreu uma forte chuva e as principais avenidas da cidade ficaram congestionadas. Na quinta-feira, em uma manhã chuvosa, o trânsito ficou ainda mais caótico, com congestionamentos que pararam o fluxo de veículos em várias ruas centrais. No sábado, após uma leve chuva, o tráfego também ficou muito congestionado nas saídas da cidade. Logo, em dias chuvosos, o trânsito tende a ficar congestionado.”

34. O texto que se segue ilustra um raciocínio por indução.

“No último verão, uma plantação de girassóis em uma fazenda não floresceu como de costume. Os agricultores prepararam o solo com antecedência, usaram as mesmas sementes certificadas e os fertilizantes habituais, além de seguir o cronograma de irrigação regular. Apesar disso, muitos insetos foram vistos nas folhas e nos caules das plantas. Assim, é plausível supor que uma praga tenha prejudicado o cultivo.”

35. O argumento a seguir é uma falácia formal.

“Quem não tem cão, caça com gato.

Não caço com gato.

Logo, tenho cão.”

36. O diálogo a seguir apresenta um raciocínio falacioso.

- Deputado A: “Devemos aprovar essa lei agora. Se não fizermos isso, a vida de todos ficará ainda mais difícil com o agravamento da crise econômica.”

- Deputado B: “Concordo, se não agirmos imediatamente, as dificuldades só aumentarão.”

37. No texto a seguir, o raciocínio é baseado em uma falácia denominada falsa analogia.

“A empresa deveria adotar um sistema de monitoramento semelhante ao usado em escolas, onde professores estão sempre vigiando os alunos. Se esse tipo de controle funciona para manter a ordem nas escolas, certamente será eficaz para aumentar a produtividade e organização no ambiente de trabalho.”

38. No texto a seguir, tem-se um exemplo de apelo popular.

“Em uma reunião com os seus professores da escola, um aluno pediu a eles que fossem mais flexíveis com as suas avaliações, alegando que, sem boas

notas, ele perderia a chance de conquistar uma bolsa de estudos.”

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Lilian Novakoski

Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais e entendimentos do STF sobre a temática, julgue:

39. Os direitos humanos de segunda dimensão estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, visando atenuar as diferenças sociais.

40. Os direitos humanos são irrenunciáveis, de modo que podem até deixar de ser exercidos por seus titulares, os quais, no entanto, jamais podem renunciar a tais direitos.

41. Impor como legal o direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais, viola do direito de liberdade de expressão e informação.

Sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, julgue as assertivas:

42. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e todos os direitos e liberdades estabelecidos na DUDH são universais e aplicam-se igualmente a todas as pessoas, sem distinção de raça, gênero, religião ou nacionalidade.

Sobre regras de acessibilidade e Direitos das Pessoas com deficiência, tendo por base as Leis 13.146/2015, Lei 10.98/2000 e 10.048/2000, julgue

- 43.** O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos em igualdade de condições com as demais pessoas, promovendo sua autonomia e inclusão.
- 44.** A Lei nº 10.048/2000 determina que a prioridade de atendimento deve ser garantida exclusivamente às pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção.
- 45.** Marilene, pessoa com deficiência, solicitou a disponibilização de tecnologia assistiva para que pudesse realizar suas atividades laborais, o que foi recusado por seu superior. Nesta situação hipotética, a simples recusa à oferta de adaptações razoáveis e de tecnologias assistivas à pessoa com deficiência é considerada discriminação.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

- 46.** No âmbito do TRF6, o julgamento de *habeas corpus*, recursos em *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção, conflitos de competência, exceções de impedimento e de suspeição e embargos de declaração independem de pauta.
- 47.** Conforme o Regimento Interno do TRF 6, ao Relator incumbe redigir o acórdão em caso de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência, quando as suas razões forem adotadas pela maioria, ainda que não haja divergência quanto ao resultado do julgamento;

48. A 1ª Seção é especializada em matéria de previdência social e benefícios assistenciais, matéria penal, tributária, de improbidade administrativa, de servidores públicos e concursos públicos.

49. O Núcleo de Apoio ao Primeiro Grau e Projetos Especiais será coordenado pelo Vice-Presidente do Tribunal.

50. É incabível sustentação oral no julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Suponha que a União decidiu aplicar uma multa administrativa no valor de R\$ 90 mil a uma pequena empresa que cometeu uma infração ambiental leve, jogando resíduos de papel em uma área de preservação. A legislação aplicável prevê que a multa pode variar entre R\$ 1 mil e R\$ 100 mil, conforme a gravidade do ato. O proprietário da empresa considerou o valor excessivo e decidiu ingressar com uma ação judicial questionando a legalidade da multa aplicada. O juiz, ao analisar o caso, percebeu que, embora a multa tenha sido aplicada dentro dos limites estabelecidos pela lei, o valor de R\$ 90 mil para uma infração considerada leve revelou excessivo.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

51. A aplicação de multa administrativa configura ato administrativo negocial.

52. O Poder Judiciário poderá anular a multa aplicada à empresa por violação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sem que isso represente controle de mérito do ato administrativo.

53. O juiz poderá substituir o valor da multa administrativa por um valor que ele considere mais razoável, uma vez que o valor aplicado pela administração foi desproporcional.

Sobre os agentes públicos e as disposições constitucionais aplicáveis, julgue os itens a seguir.

54. Servidor público estável possui direito adquirido ao seu regime jurídico, uma vez que o seu cargo possui natureza efetiva.

55. Os agentes públicos contratados temporariamente para atender a uma necessidade temporária e de excepcional interesse público ocupam cargo público, estando submetidos ao regime jurídico único.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

56. O poder hierárquico permite a avocação de atribuições, permitindo que a autoridade superior retire temporariamente de um subordinado a competência para decidir em determinado caso, atraindo para si essa prerrogativa.

57. O servidor público, por força do poder hierárquico, deve cumprir toda e qualquer ordem recebida de seu superior, mesmo quando a ordem seja manifestamente ilegal, sob pena de sofrer sanção disciplinar.

Acerca das licitações e contratos administrativos, com base no disposto na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

58. Os valores previstos na legislação para obras e para outros serviços e compras serão duplicados quando se tratar de contratações realizadas por consórcios públicos ou por autarquias qualificadas como agências executivas.

Gabarito: Certo

Comentário: o § 2º do art. 75 da Lei 14.133/2021 estabelece que os limites para licitação dispensável podem ser duplicados para consórcios públicos e autarquias ou fundações qualificadas como agências executivas.

59. A extinção do contrato poderá ocorrer em razão do não cumprimento de cláusulas contratuais ou de prazos estabelecidos, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa ao contratado.

60. Os contratos administrativos poderão ser anulados em razão de vício sanável, desde que a autoridade pública opte pela anulação no lugar do saneamento do vício.

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

61. O Tribunal de Contas possui competência para julgar as contas dos administradores públicos, ao passo que cabe ao Congresso Nacional julgar as contas do Presidente da República.

Suponha que, durante uma manifestação pacífica em frente a um prédio público, um grupo isolado de manifestantes começou a agir violentamente, destruindo janelas e portas do edifício e danificando veículos estacionados nas proximidades. Entre os carros atingidos, está o veículo de Paulo, que estava estacionado em uma rua pública, e o prejuízo causado foi significativo. Paulo, então, decidiu processar o Estado, alegando omissão na prevenção dos danos.

62. Se for demonstrado que o dano ao carro de Paulo ocorreu devido a um ato exclusivo de terceiros, a responsabilidade civil estatal será excluída.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito das funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo.

63. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo legal que assegura aos membros do Ministério Público sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados, por violação à isonomia e ao devido processo legal.

64. Cabe à Advocacia-Geral da União prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, além de representar a União, judicial e extrajudicialmente, em todas as suas demandas.

A respeito da dignidade da pessoa humana, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens abaixo.

65. For força da dignidade da pessoa humana, durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual, bem como em audiências e decisões judiciais, é vedada qualquer menção ou insinuação acerca da vida sexual pregressa da vítima.

Sobre os direitos e garantias individuais, analise os itens abaixo.

66. É constitucional o limite de vagas para candidatas do sexo feminino nas carreiras militares estaduais, em razão da natureza dos cargos e da complexidade das atribuições.

67. É inconstitucional, por violação ao direito à moradia e à dignidade da pessoa humana, a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação comercial.

68. **Caso:** Thomas, de nacionalidade alemã, residia no Brasil há 17 anos ininterruptos quando fez requerimento de naturalização. Na ocasião, afirmou não possuir condenação criminal. Ocorre que, um ano após ter adquirido a nacionalidade brasileira, em decorrência de um pedido de extradição, o Estado brasileiro descobriu que Thomas havia sido condenado na Alemanha por duplo homicídio. **Assertiva:** O Ministro da Justiça poderá anular o ato de concessão da nacionalidade brasileira a Thomas, dada a fraude no processo de naturalização.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens abaixo.

69. Os Estados-membros, no exercício de sua autonomia, a respeito das autoridades não previstas em lei federal, podem tipificar, mediante lei, crime de responsabilidade, bem como fixar as regras do processo e do julgamento.

70. A criação de regiões metropolitanas depende unicamente de lei complementar estadual, de modo que não se exige qualquer consulta às Câmaras Municipais envolvidas ou à população interessada.

Sobre a Organização dos Poderes, analise os itens abaixo.

71. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

72. A representação por Estado e pelo Distrito Federal na Câmara dos Deputados será estabelecida por lei, proporcionalmente à população, de forma que nenhuma unidade federativa eleja menos de oito e mais de setenta deputados federais.

73. O Presidente ficará suspenso de suas funções, por até 180 dias, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente e o processo deverá ser arquivado.

A respeito da eficácia das normas constitucionais, julgue o item abaixo.

74. O dispositivo constitucional que prescreve que lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais tem eficácia limitada e aplicabilidade indireta.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Ricardo Campanário

75. Os materiais podem ser classificados, quanto à sua aplicação na organização, em materiais de estoque e materiais de não estoque.

76. Consoante a metodologia da curva ABC, os materiais da classe C representam os itens mais numerosos e menos importantes, respondendo com pouca relevância ao valor global do estoque.

77. Segundo o atributo de praticidade, a classificação de materiais deve ser simples e direta, sem que sejam necessários procedimentos complexos do gestor.

78. Se o consumo anual de pastas classificadoras for de 800 unidades e o estoque médio anual for de 200 pastas classificadoras, então a cobertura de estoques, sem reposição, será de 4 meses.

79. Minimizar o estoque de segurança significa reduzir ao máximo a imobilização de capital, o que possibilita o surgimento de riscos de ruptura de estoque.

80. O dimensionamento do estoque de segurança resume-se aos seguintes fatores: tempo médio de tramitação do processo de aquisição do material; perecibilidade do material; volume do material; e impacto financeiro na organização.

81. No sistema de reposição periódica do estoque, o pedido de compra é realizado em intervalos de tempo variáveis.

82. O sistema de reposição contínua do estoque é concebido de modo que, até a entrega do novo lote de compra, seja possível fazer o uso do estoque de segurança.

Julgue os itens seguintes, relativos às compras no setor público.

83. Embora a manutenção de um cadastro de fornecedores não esteja entre os objetivos da função compras, sua condução é necessária para que as aquisições sejam realizadas com qualidade, celeridade e a um preço econômico.

84. São três os critérios a serem negociados com os fornecedores em uma compra eficiente: preço, prazo de entrega e condições de pagamento.

85. O sistema descentralizado de compras pode ocasionar pouca uniformidade da qualidade dos materiais comprados.

Acerca do objeto e do edital de licitação nas compras públicas, julgue os itens subsequentes.

86. Ao inserir, em edital de licitação, as características para aquisição de materiais ecoeficientes, o Estado sinaliza ao mercado sua intenção de considerar a compra de produtos sustentáveis, atuando como um consumidor comum que faz compras.

87. Entre as possibilidades de movimentação patrimonial temos a cessão e a transferência de bens, a primeira, em caráter definitivo, altera a propriedade do bem, enquanto a segunda tem caráter provisório e se relaciona apenas à posse do bem, que volta ao seu detentor original ao final do período acordado.

88. No controle patrimonial leva-se em conta especialmente o ativo imobilizado da organização. Entre suas principais características estão a natureza relativamente permanente, o seu emprego na operação e o fato de não estar destinado à venda.

89. O tombamento não deve ser realizado em organizações públicas, mas apenas em instituições privadas.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Rodrigo Rennó

90. A teoria da burocracia, desenvolvida por Max Weber, enfatiza a importância da eficiência e da racionalidade na organização, privilegiando a impessoalidade e a hierarquia.

91. O patrimonialismo é um sistema político e administrativo no qual a diferença entre os bens públicos e privados é clara e bem estabelecida.

92. A gestão para resultados é uma abordagem de administração pública que se concentra exclusivamente na otimização de recursos financeiros e humanos, sem considerar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados à população.

93. O governo empreendedor é uma abordagem de gestão pública que incentiva a inovação, a tomada de riscos e a busca por novas soluções para os problemas enfrentados pela sociedade.

94. A gestão por processos tem como objetivo identificar e analisar os processos organizacionais, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia da organização.

95. Planejamento estratégico é um processo que envolve a definição de objetivos, metas e ações a serem executadas, mas não considera a análise do ambiente interno e externo da organização.

96. A departamentalização por projetos é caracterizada pelo agrupamento de atividades em torno de produtos ou serviços específicos, o que pode resultar em maior cooperação entre as equipes e maior foco no cliente.

97. O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores Robert Kaplan e David Norton, na Harvard Business School. A abordagem do BSC é centrada exclusivamente em medidas financeiras.

98. A matriz SWOT, uma ferramenta estratégica utilizada para avaliar os Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças em um projeto ou em uma empresa, apenas analisa fatores internos à organização.

99. O gerenciamento de riscos em projetos é uma atividade que deve ser realizada apenas na fase inicial do projeto, uma vez que os riscos são geralmente identificados no início.

100. O cronograma do projeto é um documento estático que, uma vez criado na fase de planejamento, não deve ser alterado durante a execução do projeto.

101. A gestão estratégica de Recursos Humanos foca exclusivamente nas tarefas administrativas relacionadas a contratação, demissão, folha de pagamento e conformidade legal.

102. Líderes autocráticos são sempre prejudiciais para o ambiente de trabalho e devem ser evitados a todo custo.

103. De acordo com algumas teorias motivacionais, a motivação intrínseca é mais eficaz do que a motivação extrínseca.

104. A cultura organizacional é um conceito estático que raramente muda uma vez estabelecido.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

105. A elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) deve observar a sequência lógica e temporal do ciclo orçamentário, sendo a LDO o instrumento responsável por estabelecer metas e prioridades para o exercício subsequente e orientar a elaboração da LOA, em compatibilidade com o PPA.

106. O orçamento-programa é caracterizado pela apresentação das despesas públicas de forma detalhada, com base em funções, subfunções, programas e ações, priorizando a descrição física dos gastos em detrimento dos resultados esperados.

107. Durante a execução do orçamento de 2024, devem ser adotados desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita e reservar 4 dígitos para tais detalhamentos, com a finalidade de identificar peculiaridades de cada ingresso, de forma obrigatória para os entes federativos.

108. Os créditos suplementares são autorizados por decreto executivo, dispensando autorização legislativa, desde que sejam utilizados para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como em casos de calamidade pública.

109. A receita tributária, a receita patrimonial e a receita de serviços são classificadas como receitas correntes, enquanto as receitas provenientes de operações de crédito e todas as alienações de bens são classificadas como receitas de capital.

110. A estrutura programática organiza as despesas públicas em funções, subfunções, programas, ações e projetos, sendo que a função representa o maior nível de agregação e a ação representa qual a atuação governamental empreendida com vistas ao alcance do objetivo do programa.

111. Na classificação programática em nível de ação têm-se os seguintes atributos: descrição, forma de implementação, produto e subtítulo, uma vez que o plano orçamentário não integra o Orçamento Geral da União.

112. O processo orçamentário abrange a elaboração, discussão, votação, execução e controle do orçamento público, estando a fase de controle restrita ao Tribunal de Contas da União, que exerce fiscalização exclusiva sobre a União.

113. A classificação funcional das despesas públicas organiza os gastos em grandes áreas de atuação governamental, como saúde, educação e segurança pública.

114. O Plano Plurianual detalha anualmente as despesas de capital, identificando programas prioritários e específicos para o período de 4 exercícios financeiros.

TRIBUTAÇÃO

Fábio Dutra

115. A empresa XYZ Ltda. é uma indústria que produz bens de consumo e está localizada no Estado Alfa. Recentemente, o governo estadual instituiu um novo tributo, denominado Contribuição para o Desenvolvimento Industrial, com a finalidade de financiar programas de incentivo à indústria local. Este tributo incide sobre a produção industrial e possui caráter compulsório, sem contraprestação direta ao contribuinte.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A Contribuição para o Desenvolvimento Industrial instituída pelo governo estadual é constitucional, pois os Estados possuem competência para instituir contribuições especiais.

116. A progressividade fiscal é um princípio tributário que visa à justiça social, aplicando alíquotas maiores para bases de cálculo maiores, de forma que contribuintes com maior capacidade contributiva paguem proporcionalmente mais tributos.

117. No sistema tributário brasileiro, os impostos indiretos tendem a ser regressivos, pois afetam proporcionalmente mais os contribuintes de menor renda.

118. O princípio da neutralidade tributária preconiza que o sistema tributário deve interferir o mínimo possível nas decisões econômicas dos agentes, evitando distorções na alocação de recursos.

119. No federalismo fiscal brasileiro, a repartição de receitas tributárias não é um mecanismo que visa a reduzir as desigualdades regionais e promover o equilíbrio socioeconômico entre os entes federativos.

120. O imposto "lump sum" não é neutro em relação às decisões de consumo e trabalho dos indivíduos, nem é considerado regressivo em termos de distribuição de renda.

Discursiva

Racismo ambiental é um termo usado para descrever situações de injustiça social no meio ambiental em contexto racializado, ou seja, que envolvam minorias étnicas, como as populações indígenas, negras e asiáticas. Situações de injustiça ambiental podem incluir a inacessibilidade a recursos naturais (como ar limpo, água potável e outros benefícios ecológicos), a exclusão da tomada de decisão sobre territórios tradicionais e recursos naturais locais, e também o sofrimento das mazelas das degradações ambientais, como inundações, queimadas, poluição e contaminação pela extração de recursos naturais e industriais, exposição a resíduos tóxicos, ausência de saneamento básico, situação precária de moradia. Normalmente, quando referido dentro de um contexto internacional, o racismo ambiental descreve as relações ecológicas desiguais entre as nações industrializadas (o Norte Global) e países mais pobres (o Sul Global).

Internet: <pt.wikipedia.org> (com adaptações).

Considerando o caráter meramente informativo do texto acima, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **COMUNIDADES PERIFÉRICAS NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS E RACISMO AMBIENTAL.**

Em seu texto,

1. apresente um exemplo de injustiça ambiental sofrida por essas comunidades, discutindo sua relação com a desigualdade social;
2. discorra sobre formas de garantir maior justiça ambiental a essas comunidades;
3. discorra sobre o racismo ambiental nesses contextos e sua relação com “as relações ecológicas desiguais entre as nações industrializadas (o Norte Global) e países mais pobres (o Sul Global)”.

Extensão até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
